

## A MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA ENTRE 1510 E 1910

**Maria Marta Lobo de Araújo**

*Docente do Departamento de História  
da Universidade do Minho - Membro do CITCEM*

Os resultados da investigação produzida até ao momento não permitem aclarar a data da fundação da Santa Casa de Vila Viçosa. A documentação existente quer no arquivo da confraria, quer em outros arquivos locais e os centrais não facilitam o conhecimento do momento fundacional. À semelhança da de Vila Viçosa, muitas Misericórdias que se erigiram neste período, perderam uma parte importante da sua documentação, não deixando datar com segurança o momento do seu surgimento<sup>1</sup>. Sabe-se, todavia, que em 1510, o duque D. Jaime ordenou a incorporação do hospital da vila, propriedade da casa ducal, na Santa Casa, facto que prova que a confraria estava já erecta<sup>2</sup>.

A Misericórdia encontrava-se já em funcionamento e possuía condições para administrar um hospital. Desse facto não restam dúvidas. Mas quando foi fundada a Santa Casa? No mesmo ano, ou poucos anos antes? As perguntas não encontram resposta à luz dos conhecimentos existentes. Mas o facto de o duque lhe ter incorporado o hospital prova, por um lado, a sua capacidade de o gerir e, por outro, a vontade de engrandecer a instituição, concedendo-lhe uma valência fundamental de assistência aos pobres.

Túlio Espanca situa a fundação da confraria em 1508 e considera D. Jaime como "provável fundador e primeiro provedor"<sup>3</sup>.

A figura de D. Jaime é de fundamental importância para se perceber a reforma da assistência em todo o ducado e o acompanhamento das políticas de assistência

- 1 Para este assunto consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 7. Em trabalho recente José Pedro Paiva discutiu a dificuldade de conhecer o momento fundacional de muitas Misericórdias surgidas e elencou os núcleos documentais onde, para além dos arquivos das instituições e dos arquivos centrais, se podem encontrar fontes importantes para o aclarar. Leia-se Paiva, José Pedro, "O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910)", in *A Solidariedade nos Séculos: a confraternidade e as suas obras. Actas do I Congresso da História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, s. l. Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009, pp. 397-407.
- 2 Espanca, José Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 24, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1985, pp. 12-13; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 57-58.
- 3 Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. 1, Lisboa, s. e., 1979, p. 695.

tidas em curso pela Casa Real<sup>4</sup>. Muito próximo de D. Manuel I, D. Jaime quis implementar nas terras do seu domínio as medidas tomadas pela Coroa no campo assistencial e promoveu políticas locais de apoio à implementação e fortalecimento das Misericórdias. A ele se ficou também a dever o pedido dirigido ao papa para integrar os hospitais do seu senhorio nas Misericórdias locais, alcançado em 1524. No ano seguinte, o hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa foi oficialmente integrado na Santa Casa local, através do alvará concedido por D. João III ao duque de Bragança, onde se autorizava a passagem dos hospitais das suas terras para a administração das Santas Casas<sup>5</sup>.

Em 1526, o duque ordenou no sentido de que todas as confrarias e hospitais das suas terras se unissem às Santas Casas locais. Tratou-se de uma medida que não apenas afectou as instituições incorporadas, mas também as que as receberam.

Importa referir, que no caso do hospital de Vila Viçosa, esta medida apenas veio legitimar juridicamente a posição tomada pelo duque 16 anos antes. Convém ainda esclarecer que em 1525 o hospital entrou em obras, as quais foram financiadas pela Casa Brigantina. Mas se a Casa ducal pagou estas importantes reformulações, não se pode esquecer que desde sempre favoreceu o hospital directa e indirectamente. Nesse momento, a confraria não podia ainda arcar com estas despesas, mas o facto da Casa ducal as assumir, prova que o continuava a considerar como seu.

O núcleo principal da Misericórdia permaneceu no mesmo local, pelo menos desde 1510 até ao momento, facto que a distingue de muitas congéneres que associam ao seu historial a mudança de instalações a que estiveram sujeitas. Durante cinco séculos, o complexo da Santa Casa manteve-se no mesmo sítio, bem no centro da vila<sup>6</sup>. O hospital estava situado na antiga rua do Espírito Santo e cresceu quer para a rua de Três, quer para a das Vaqueiras. Já a parte administrativa, nomeadamente, a secretaria e o consistório encontram-se voltados para a praça central, tal como a sua igreja.

O local exacto onde nasceu a Misericórdia é ainda desconhecido, todavia, sabe-se que desde 1510 está localizada no centro da vila<sup>7</sup>. Contudo, como refere Túlio Espanca, "o hospital sofreu inúmeras e vultuosas obras de adaptação, antigas e modernas, que lhe modificaram estruturalmente, a silhueta e as dependências funcionais"<sup>8</sup>. A necessidade de se adaptar a exigências que se lhe colocaram obrigou o primitivo complexo a crescer e a sofrer alterações, procurando responder às solicitações de uma população em crescimento e preocupada com a doença.

4 A propósito das políticas de assistência da Casa Real leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 35-55. Sobre o papel de D. Jaime na reforma da assistência do seu ducado veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança", in *As Misericórdias Quinhentistas. Actas das II Jornadas sobre as Misericórdias Quinhentistas*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 35-58.

5 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 170.

6 Actualmente, a confraria dispõe de valências que se encontram situadas em diferentes ruas da vila. Todavia, o hospital, estatizado em 1975, a igreja e os serviços administrativos permanecem no mesmo local.

7 A propósito da centralidade geográfica destas instituições consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 53.

8 Veja-se Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora*, vol. 1, p. 699.

As alterações sofridas pelo complexo da Santa Casa explicam algumas mudanças, muito embora se mantenham estruturas que perduram desde o século XVI, as quais foram ajustadas ao longo dos séculos XVI a XX. A Misericórdia cresceu, alargou o seu espaço à custa dos prédios contíguos que foi adquirindo, beneficiando não raras vezes da interferência da Casa de Bragança que sempre se manifestou a seu favor.

É neste enquadramento que se devem analisar as comemorações em curso, as quais pretendem celebrar os mais de cinco séculos da confraria e os 500 Anos de integração do hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa na Santa Casa local.

Pensamos que à semelhança das terras vizinhas de Estremoz, Elvas e Olivença que edificaram as suas Santas Casas no começo do século XVI<sup>9</sup>, Vila Viçosa também a deve ter fundado pela mesma altura. O duque D. Jaime quererá, por certo, dotar a sede do seu senhorio com a nova confraria e não se deve ter poupado a esforços para concretizar esse desejo<sup>10</sup>.

Qual seria a situação do hospital no momento da sua fusão com a Misericórdia? Sofreria dos males já diagnosticados para muitos outros<sup>11</sup>, ou por ser pertença da Casa ducal encontrava-se em melhor estado? As perguntas ficam sem resposta. Mas sabemos que a mesma se encontraria na documentação que o duque D. João II pediu à Misericórdia e que esta lhe remeteu para o Paço. Depois de 1640 muita documentação existente no Paço ducal acompanhou o duque para Lisboa e lá se perdeu aquando do terramoto de 1755.

Procurando fortalecê-lo, D. Jaime agiu junto da Santa Sé para nele serem incorporados os bens compostos por casas, horta e oratório, abandonados pelos frades capuchos da Ordem de São Francisco. O breve que veio satisfazer as pretensões do duque foi expedido pelo papa em 1514, robustecendo o hospital de bens<sup>12</sup>.

A partir da fundação da Misericórdia, a vila passou a contar com uma confraria onde os irmãos exercitavam a caridade através da prática das 14 obras de misericórdia, mas também aprofundavam a sua espiritualidade<sup>13</sup>.

O apoio de D. Jaime às Misericórdias do seu senhorio é inquestionável. Os seus sucessores mantiveram a mesma atitude, particularmente D. Teodósio II e D. João II, tendo uma acção muito directa na vida da Santa Casa de Vila Viçosa.

9 Manuel Inácio Pestana levantou a hipótese da Santa Casa de Estremoz ter sido fundada antes de 1502, data em que é conhecido o envio do privilégio por D. Manuel I para os mesários não exercerem no ano do seu mandato cargos concelhios. Pestana, Manuel Inácio, "Notícias históricas", in Ruas, João (coordenação), 500 Anos - Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, Estremoz, 2002, p. 25. Sobre a data da fundação da Misericórdia de Elvas veja-se Gama, Eurico da, *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*, Coimbra, Coimbra Editorial Limitada, 1954, pp. 19-32. Ainda a propósito da data fundacional das Misericórdias citadas consulte-se Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* vol. 3., pp. 316 e 363.

10 Leia-se Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora*, vol. 1, p. 695.

11 Muitos hospitais medievais encontravam-se no alvorecer da Idade Moderna em muito mau estado. Consulte-se Braga, Paulo Drumond, "A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, 1991, pp. 175-190; Abreu, Laurinda, "Padronização hospitalar e Misericórdias: apontamentos sobre a reforma da assistência pública em Portugal", in *Congresso Comemorativo do V Centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo - Évora, 1996, p. 143.

12 Monforte, frei Manuel de, *Chronica da Provincia da Piedade*, vol. 2, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1696, p. 145.

13 Ivo Carneiro de Sousa aprofunda estes dois aspectos. Leia-se Sousa, Ivo Carneiro de, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, s. l., CTT, 1998, pp. 109-115.

Se os duques foram os seus fundadores e primeiros provedores também não o podemos afirmar com segurança, porque a documentação existente não o atesta. Todavia, as fontes produzidas entre os séculos XVI a XVIII são pródigas em afirmar que a Santa Casa foi fundada pela Casa ducal e também por ela governada. Sabemos tão-somente que em 1516 era seu provedor Fernão Machado, escudeiro da Casa de Bragança, como, aliás, todos os irmãos nobres da Mesa. Nessa altura, não há dúvida que a Santa Casa era gerida por homens próximos dos duques<sup>14</sup>.

Apesar da falta de prova, parece-nos plausível admitir ter sido D. Jaime o seu mentor e grande impulsionador. Quanto à provedoria também só o conseguimos provar para o ano de 1598, quando D. Filipe foi eleito para este lugar. Numa nota existente no compromisso copiado em 1661, esclarece-se que a sua escolha foi ordenada por sua mãe, "Sua Alteza a Senhora Dona Catarina"<sup>15</sup>, em carta enviada à Santa Casa. Provavelmente, esta não seria a primeira vez que os duques nomeavam a pessoa que desejavam ver na provedoria, nem foi a última. Na primeira metade do século XVII, por mais do que uma vez, os senhores da Casa Brigantina indicaram o nome para ocupar o mais alto cargo da instituição. Sublinhe-se, contudo, que esta constitui a única prova, a que tivemos acesso, de indicação de um elemento da Casa ducal para o lugar.

Mas a presença da Casa de Bragança na Misericórdia da vila foi muito para além do momento fundacional e do exercício do mais alto cargo do seu governo. Manifestou-se quotidianamente em termos de exercício de poder, no pagamento de despesas, nas ordens de gestão que saíam do Paço ducal, na instituição de legados, no envio de esmolas, na dotação de benefícios, na designação de homens para a provedoria e procuradoria<sup>16</sup>, na nomeação de profissionais de saúde, etc. Mas ela foi sobretudo fundamental no empréstimo de poder simbólico. Quando sentiam alguma dificuldade, os confrades invocavam as directrizes dos duques e a sua vontade para actuar e resolver problemas. Esta forma de gerir a instituição manteve-se até ao século XIX, tornando viva a presença dos duques e, mais tarde reis, na Santa Casa.

Os duques foram seus confrades, sabiam de tudo o que se passava na instituição e principalmente na década de 30 do século XVII geriram-na desde o Paço ducal. Neste período, foi o duque D. João II, o futuro rei D. João IV, quem "governou" a Santa Casa. Dava-se-lhe conta de todas as preocupações e, em momento de grandes dificuldades<sup>17</sup>, a tudo dava resposta e sugeria formas de as ultrapassar.

Durante o século XVI, a Misericórdia foi crescendo a grande ritmo. Acarinhada pelos duques, mas também pela nobreza da sua corte, a confraria recebeu um importante volume de legados que a fortalecem financeiramente. Ao mesmo tempo,

14 Para o período anterior a 1516 não existem informações sobre os seus gestores.

15 Arquivo Municipal de Vila Viçosa. Fundo da Misericórdia, (doravante AMVV), *Compromisso de 1661*, livro nº 24, fl. 56.

16 Confira-se Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Ed. Estampa, 2000, p. 379.

17 A propósito das carências sentidas na década de 30 do século XVII e dos movimentos de contestação à política imposta consulte-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 115-159.

alimentaram as práticas de caridade que tinha em curso: curar os doentes, educar órfãos, casar órfãs, assistir peregrinos, vestir os nus, ajudar as viúvas, auxiliar os presos e enterrar os mortos.

Na década de 1570, a confraria recebeu o maior número de legados e assistiu ao mais elevado volume de capelas instituídas. Viviu um momento alto, consagrado no prestígio de que gozava em termos locais.

A preocupação com a salvação da alma levou os homens a investir para alcançar o Paraíso. Foi também na segunda metade do século XVI (cerca de 1565) que construiu a sua igreja, com a intervenção da Casa de Bragança. A Misericórdia medrava ao ritmo da vila, que florescia. Vila Viçosa era ao tempo uma terra próspera, tendo ocupado entre 1580 e 1640 um lugar de relevo no contexto nacional.

O volume de legados recebido foi oscilando, tendo voltado a crescer na primeira década e em meados de seiscentos<sup>18</sup>. Muitos eram em dinheiro, mas a grande maioria era constituída por propriedades rústicas, que a confraria arrendava e donde recebia foros, rendas e pensões.

Era, contudo, na Casa de Bragança que a Santa Casa tinha a sua principal base de sustentação. A Casa ducal representou ao longo da Idade Moderna a principal fonte de receitas da confraria, suplantando os restantes ingressos isoladamente: foros, rendas, laudémios, cura de doentes, enterros, venda de bens, esmolas, peditórios e "outros".

A protecção da Casa ducal à Misericórdia advinha do facto da confraria ser considerada sua pertença. Esta situação era-lhe muito vantajosa, embora em alguns momentos lhe subtraísse autonomia, porque se via observada, "fiscalizada" e "governada" pelos duques. Não foram raras as ocasiões em que o duque D. João II pediu para ser informado sobre o desenvolvimento de alguns assuntos e chamou a si a sua resolução.

Até meados do século XVII, a Misericórdia viveu sem grandes sobressaltos, porque os problemas eram resolvidos pela Casa de Bragança. Porém, após 1656, (com a morte de D. João IV), tudo se alterou. Com a sua partida em 1640, a Misericórdia sentiu-se principalmente da ausência física e do acompanhamento próximo e eficaz do "Duque nosso senhor", mas foi sobretudo com a sua morte que o corte se efectuou. Com o duque D. João II foi também a nobreza da sua corte, tendo a Santa Casa ficado desfalcada dos seus homens mais ilustres. Muitos fidalgos que acompanharam o duque eram seus confrades e tinham ocupado lugares de relevo na instituição. A falta de nobreza levou a que o número dos nobres não fosse preenchido e fosse tomado por gente dos ofícios. No século XVIII, registou-se um desequilíbrio a favor dos irmãos do oficialato. Em Oitocentos, a Santa Casa integrou sobretudo homens da classe média, desaparecendo em meados da centúria a designação entre "nobres" e "oficiais"<sup>19</sup>. No entanto, tal como em outras congéneres,

<sup>18</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 143.

<sup>19</sup> Embora estivesse em vigor o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618 onde estava consagrada esta divisão, os confrades referiam que ele não se cumpria.

permaneciam as diferenças entre os seus membros<sup>20</sup>. Ao lado de alguns “capitalistas”, proprietários de grandes herdades, encontramos homens iletrados, criados de servir e mendigos. A instituição reflectia a sociedade da época e abriu-se à classe média, mas também aos mais altos funcionários públicos locais: presidente da Câmara e administrador do concelho.

Os homens do poder concelhio, da Casa de Bragança e do Exército encontram durante a Idade Moderna na Misericórdia mais um palco de actuação, todavia, no século XIX, os militares desapareceram dos cargos mais importantes e os homens afectos ao governo Municipal ganharam expressão.

A Santa Casa de Vila Viçosa teve desde sempre um alargado programa de assistência aos mais necessitados. Assentava não apenas nas instituições que administrava: hospital do Espírito Santo, “hospital dos males” e colégio dos órfãos, mas estendia-se a muitos outros necessitados que residindo em suas casas, encontrando-se em viagem, estando presos ou deambulando pela vila encontravam nela auxílio.

O tratamento de doentes era realizado segundo duas modalidades: através de internamento no hospital ou sob a forma de ajuda domiciliária. O hospital assumiu desde sempre um lugar principal nas práticas de caridade seguidas. E se representava alguns ingressos, constituía já durante o século XVIII o sector que absorvia maiores receitas. Em 1706, 1708 e 1713, 52% das despesas da Misericórdia eram gastas no hospital. Já nessa altura, a área da saúde assumia o sector prioritário, facto que se agravará no período seguinte<sup>21</sup>. O hospital, era o motor da instituição. À medida que o século XVIII avançou e se passou à centúria seguinte, o crescimento do sector hospitalar na Misericórdia tornou-se mais expressivo, chegando à República numa situação de quase exclusividade.

A Santa Casa assistia os internados no tratamento ao corpo e à alma. Por força da sua localização geográfica e dos acontecimentos políticos, a confraria passou após 1661, data em que assinou um contrato com a Coroa para tratar soldados nas suas instalações, a curar militares<sup>22</sup>. Esse facto provocou alterações significativas na estratégia seguida pela confraria relativamente ao tratamento de enfermos. Com o hospital cheio de militares, sobretudo em momentos de conflitos bélicos, a instituição deu prioridade ao seu internamento, pois pagavam o tratamento recebido, e passou a curar ao domicílio a esmagadora maioria dos pobres, principalmente as mulheres. A alteração foi substantiva e obrigou a uma regular interacção com o Exército e a Coroa, devido principalmente ao pagamento de serviços recebidos pelos homens da guerra. Apesar de as relações nem sempre serem pacíficas e de, por vezes, subirem ao rubro, entre os séculos XVII e XVIII, a Misericórdia não ficou a

20 Para Cabeceiras de Basto consulte-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *Laços sociais na Misericórdia de Cabeceiras de Basto 1879-1926*, Braga, Universidade do Minho, 2008, p. 50. Tese de Mestrado policopiada.

21 Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 164.

22 Por várias vezes, Vila Viçosa foi fustigada por guerras. Para este assunto consulte-se Monteiro, Nuno Gonçalves, “A guerra da Aclamação”, in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 280; Espanca, José Joaquim da Rocha, *Compendio de notícias de Villa Viçosa*, Redondo, Typographia F. Carvalho, 1892, pp. 249-250; Ramos, Rui, “Idade Contemporânea (séculos XIX-XX)”, in Rui Ramos (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalves, *História de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pp. 439-519.

perder<sup>23</sup>. Todavia, registou o enorme esforço desenvolvido junto da Coroa para ser paga pelos serviços prestados.

No século XIX, a situação da confraria alterou-se profundamente, sobretudo após 1834. A intromissão que o Estado tinha feito durante o consulado Pombalino era um facto<sup>24</sup>, mas com a instalação do Liberalismo, ganhou um novo impulso, obrigando as Misericórdias ao cumprimento de novas directivas e sobretudo submetendo-as à vigilância apertada do governador civil e do administrador do concelho.

O Estado Liberal procurou dotar as Misericórdias de maior eficácia, sujeitando-as a um apertado controlo. Ainda que temporariamente, afastou os irmãos de gestores e nomeou comissões administrativas, procurando refrear a desordem financeira em que algumas se encontravam. Todavia, apesar das alterações, as mudanças não se nos afiguram de grande profundidade em termos assistenciais. Parece-nos que mais do que interferir nos projectos assistenciais, o Estado vigiou e controlou a sua administração<sup>25</sup>.

Mergulhada em sucessivas crises económicas e no final do século numa crise financeira grave, a instituição de Vila Viçosa centrou a sua atenção no hospital, canalizando praticamente todos os seus fundos para manter abertas as suas portas e, mesmo assim, esteve muitas vezes sob a ameaça de as encerrar. Praticamente todos os recursos iam para o hospital, havendo, no entanto, necessidade de reduzir o volume de internados.

Em 1611, a Misericórdia, tinha já integrado, pela mão do duque D. Teodósio II, o "hospital dos males" e incorporou-o no hospital do Espírito Santo. Desde esse momento, o que era uma instituição independente transformou-se numa secção do hospital existente, sendo constituído por duas enfermarias, uma para homens e outra para mulheres. Abriam duas vezes por ano, na Primavera e no Outono, para tratar os portadores de doenças venéreas. A análise dos doentes ao longo de vários anos possibilitou-nos constatar que uma parte deles era reincidente, provando que a doença estava novamente reactivada.

Apesar de integrado na Misericórdia, o "hospital dos males" continuava a sentir a presença da Casa ducal. Era ela que pagava ao médico, ao cirurgião, ao sanrador, ao capelão-mor e ao boticário, custeava todas as despesas das enfermarias e enviava anualmente géneros e dinheiro para seu suporte económico. Tratando-o como "seu", a Casa Brigantina preservava parte do seu poder, ainda que recaísse sobre a Santa Casa o ónus da sua administração<sup>26</sup>.

23 Não raras vezes, a conflitualidade existente entre as partes foi intensa, levando mesmo à suspensão temporária da aceitação de militares por parte da Misericórdia. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII", in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo. Actas...*, pp. 149-164.

24 Para uma análise aprofundada sobre o impacto das leis pombalinas nas Misericórdias veja-se Lopes, Maria Antónia, "A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29 (2008), pp. 135-156.

25 Veja-se para esta matéria Lopes, Maria Antónia, "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, pp. 86-87; Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 8..., pp. 10-11.

26 Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 205.

Admitindo preferencialmente os habitantes do Estado da Casa de Bragança, o hospital curava os doentes das "boubas", mas também os portadores de outros males venéreos<sup>27</sup>.

No século XIX, o hospital do Espírito Santo deixou de ter em funcionamento as enfermarias dos "males", embora desconheçamos a data em que as encerrou. Todavia, por ordem do administrador do concelho foi obrigado a aceitar as prostitutas do Município, em 1865<sup>28</sup>.

A assistência aos militares manteve-se ao longo de Oitocentos, principalmente durante as invasões francesas e após 1848 data em que foi destacado para a vila o regimento de cavalaria nº 3. Para além deste regimento, muitos outros passavam por Vila Viçosa ou ali iam fazer exercícios. Em 1890, foi criada por D. Carlos a escola prática de cavalaria<sup>29</sup>. Por diversas vezes e por razões diferentes, a vila conheceu a presença de militares ao longo de Oitocentos, havendo necessidade de recorrer à confraria para os tratar em caso de doença.

A relação que a confraria manteve com o Estado relativamente ao pagamento dos serviços prestados aos militares não foi diferente da verificada nos séculos anteriores. Os atrasos mantiveram-se, obrigando-a a reiterados pedidos e a exasperar-se, principalmente, nos momentos de crise. Com foros e rendas muito atrasados, como se verificou nas décadas de 40 e 50, sem a comparticipação financeira da Casa de Bragança e com o cofre vazio, era no Estado que a Santa Casa mantinha esperanças de ser ressarcida do que lhe devia. Embora pressionasse também os restantes devedores, o investimento junto do Estado era maior. Depois do processo instruído, o que exigia uma apurada escrita das "altas" e "baixas" dos militares, sucediam-se os ofícios enviados para Évora na tentativa de receber algum dinheiro. Quando as respostas não chegavam, escrevia-se para Lisboa, para o Ministério do Reino, para o Ministério da Guerra e mesmo para o Ministro "Fontes", na esperança de ser paga.

O alívio chegava sob a forma de parcelas, mas somente depois de muitas diligências e sucessivos atrasos. Foi com o dinheiro que recebeu do pagamento da cura dos militares que a Misericórdia procedeu a obras de remodelação do hospital entre 1852 e 1853, reconfigurando-o e adaptando-o a exigências de práticas de saúde mais modernas.

Ao mesmo tempo que cuidava do corpo, vestia nus, assistia presos, duas vezes por semana e tratava de dar andamento aos seus processos jurídicos, enviava comida aos que dela necessitavam, ajudava peregrinos, enterrava os mortos, assistia espiritualmente os internados e cumpria últimas vontades. A Santa Casa criava ainda órfãos e dotava órfãs para casar. Tinha uma acção social alargada que estendia à

27 Sobre a sua acção veja-se Sardinha, Francisco de Moraes, *Antiquíssimo Parnaso novamente achado e descoberto em Villa Viçosa de que he Apollo o Excelentissimo Principe D. Theodosio 2º deste nome E assi dos varões illustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesia, com outras couzas a propósito no discurso deste livro*, 1618, fl. 91.

28 A propósito da assistência a estas mulheres veja-se Liberato, Maria Isabel Viegas, "Da tolerância da prostituição à exclusão social da prostituta", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta, 2000, pp. 53-68.

29 Espanca, Joaquim José da Rocha, *Compendio de noticias de Villa Viçosa...*, p. 332.

população pobre principalmente da vila, mas também do Município e aos que estavam de passagem. Esta acção caritativa mantinha-se durante todo o ano, mas era no período quaresmal que se intensificava. Na semana da Páscoa, multiplicavam-se as acções de ajuda aos mais necessitados e crescia em flecha o número dos que recebiam ajuda em casa ou a procuravam no pátio da instituição.

A chegada de grupos de pobres à vila durante a Idade Moderna era contínua, sobretudo em períodos de maior escassez de cereais e de subida de preços dos produtos alimentares, e estava relacionada com as várias possibilidades de esmolas que nela encontravam. O Paço ducal, os conventos, algumas confrarias, pessoas particulares e a Santa Casa ajudavam os mais necessitados, constituindo um alargado leque de oportunidades de receber ajuda.

Os duques de Bragança mostravam-se muito liberais nas esmolas que mandavam entregar ou eles próprios distribuíam à porta do seu palácio, enquanto os conventos entregavam refeições aos que se recolhiam nos átrios das suas igrejas, as pessoas particulares distribuíam pão, cereais, roupa, comida e dinheiro e a Santa Casa mantinha um programa alargado de ofertas. Na Misericórdia, "os pobres da Casa", grupo regularmente provido às quartas-feiras e domingos, eram auxiliados com cereais, dinheiro, roupa e cama. A confraria efectuava ao longo do ano distribuição de agasalho, principalmente a mulheres e durante a semana santa procedia a importantes manifestações de caridade, entregando esmolas a muitos carenciados. A oferta de jantares a vários milhares de pobres nos dias de quinta-feira santa, sábado de Aleluia e a refeição servida aos presos no primeiro dia davam relevo às práticas caritativas da Santa Casa, num período em que o "enquadramento religioso reforçava o valor da dádiva"<sup>30</sup>.

Com o empobrecimento da vila, verificou-se também o crescendo do número de pessoas envergonhadas ajudadas pela confraria. Era constituído principalmente por mulheres velhas ou com filhos menores, que caíram em pobreza e recebiam nas suas residências a ajuda da Santa Casa.

Os legados recebidos implicavam em muitos casos a celebração de um volume elevado de sufrágios, obrigando-a a trabalhar com vários capelães que celebravam na sua igreja, mas também em outros templos e altares da vila. Tratava-se de um investimento que contribuiria para no dia do Juízo Final alcançar a salvação<sup>31</sup>.

No século XIX, a crescente secularização sentiu-se também na confraria e materializou-se no menor investimento na salvação da alma, mas também na diminuição de celebrações religiosas e festivas. O decréscimo de capelães reflectia o menor número de missas e enterros, enquanto a penúria da instituição não permitia a renovação dos paramentos e objectos litúrgicos e muito menos obras de restauro na igreja, por pequenas que fossem. As poucas obras feitas centraram-se no hospital<sup>32</sup>.

30 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 237.

31 A propósito desta temática veja-se Araújo, Ana Cristina, "A morte", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 266-273.

32 No ano económico de 1884, a chaminé da cozinha foi forrada com azulejos, oferecidos pela Câmara, e no seguinte foi arranjado o seu tecto. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Relatório do provedor de 1883 e 1884*, não paginado.

Tudo o resto estava praticamente paralisado ou movia-se apenas pela persistência de alguns irmãos e assalariados que, de várias formas, mantinham vivo o projecto. As pequenas melhorias sentidas no sector religioso ficaram-se a dever à extinção dos conventos locais (masculinos e femininos) de onde transitaram alguns dos seus bens móveis para a Igreja da Santa Casa.

Apesar de continuar a praticar obras de assistência, principalmente até meados do século XIX (comparticipação na criação de expostos, internamentos de idosos, enterro de pobres mortos no hospital, jantar aos pobres no dia de quinta-feira santa, passagem de cartas de guia e auxílio a presos e a crianças órfãs), altura em que algumas delas desapareceram e outras foram drasticamente reduzidas, foi no hospital que se concentrou a atenção, privilegiando o sector da saúde<sup>33</sup>. A unidade de cuidados de saúde ganhou espaço na ajuda prestada pela confraria na segunda metade oitocentista, sendo praticamente a única valência em actividade. Mesmo assim, as despesas tiveram que ser controladas e foi limitado o número de doentes internando, bem como o volume dos assistidos domiciliariamente. A ajuda aos idosos e a passagem de cartas de guia definharam e desapareceu a participação para os expostos e o auxílio aos presos. O jantar de quinta-feira santa continuou a ser servido, embora fosse suspenso em alguns anos e noutros, feito a expensas de particulares e com um peditério. A confraria deu prioridade ao sector da saúde e por não ter suporte financeiro deixou cair quase todas as restantes formas de beneficência.

Com uma situação económica muito difícil e o cofre vazio, a confraria viveu tempos muito complicados quando os surtos de cólera, varíola, peste bubónica e tuberculose atingiram os habitantes de Vila Viçosa. Chegaram à vila e obrigaram os poderes públicos a montarem hospitais no castelo onde se tratavam os infectados. Foram proibidas algumas feiras, mas com a fronteira tão perto e um caudal de pessoas em circulação, rapidamente as doenças alastravam. Os cordões de saúde montados mostravam-se frágeis e de pouca valia.

O hospital da Santa Casa recebeu alguns destes doentes, mas o facto de estar engravado na malha urbana e ter internados outros enfermos não aconselhava o recebimento de contagiados, sob pena da doença passar aos restantes, mas também à população que residia nas imediações. Quando surgiram estas epidemias, os poderes públicos movimentaram-se e a Santa Casa não descartou responsabilidades. Colaborou com roupas, camas e outros bens e disponibilizou profissionais de saúde para ajudarem nos hospitais erguidos. Quando a doença esmorecia, o hospital era desmontado.

A devastação causada pelas invasões francesas e pelas guerras civis avolumou a dificuldade de pagamento dos foros, rendas e pensões, levando a confraria a uma penúria nunca vista. A esterilidade das colheitas nos anos de 1856 e 1857, o ataque da cólera e a falta de receitas quase ditaram o fim da instituição neste momento. A lei de desamortização de 1866 trouxe-lhe algum alívio, mas a crise de 1868-1871

33 Consulte-se Lopes, Maria Antónia, "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1..., p. 90.

agravou a situação existente<sup>34</sup>. O corte no volume de internados sucedeu-se, bem como o jogo do empurra entre o administrador concelhio e a Santa Casa a propósito do envio dos alienados para o hospital de Lisboa. As décadas de 70 e 80 foram mais favoráveis, chegando mesmo o provedor de 1877 a considerar "risonho o seu estado financeiro", quando em Julho elaborou o seu relatório de actividades<sup>35</sup>. O período foi, no entanto, curto e se nele houve anos mais favoráveis, houve também alguns de crise. Por outro lado, estas palavras devem ser entendidas com alguma reserva. Como referia o provedor de 1893, estes documentos, ou seja, os relatórios elaborados pela provedoria cessante eram "tendentes na maior parte das vezes a tornar lisongeira a entrada da nova Meza"<sup>36</sup>. Não conformado com o relatório que ouviu ler, este provedor apresentou na semana seguinte uma síntese das despesas e das actividades do ano transacto, apontando erros ao seu homólogo. Estavam em causa conflitos vários que ecoavam na Santa Casa, embora ela se devesse manter alheia a razões políticas.

Sem rumo, a instituição mantinha-se à mercê das oscilações externas e internas. O golpe quase mortal ocorreu em 1892, quando o Estado cortou 30% nos juros das inscrições públicas, onde tinha sido investida toda a sua liquidez. À semelhança de outras congéneres, a Misericórdia de Vila Viçosa solicitou anualmente ao Governo um subsídio para assegurar a sobrevivência, mas as dificuldades governativas eram tantas e de tão diferentes modalidades que praticamente paralisou novamente. Os seus governantes manifestavam desânimo, as suas decisões eram vazias de conteúdo e os orçamentos suplementares sucediam-se demonstrando a sua incapacidade de fazer projecções apenas para um ano. O eterno problema mantinha-se: as receitas não chegavam e quando se elaborava um orçamento já se sabia que seria necessário fazer outro, passados poucos meses. Por outro lado, as fraudes e a falta de um projecto governativo davam azo a acções criticáveis e passíveis de punição. A Misericórdia chegou à República moribunda, governada uma vez mais por uma comissão administrativa, à semelhança do anteriormente verificado ao longo do século XIX, e sem um projecto que a galvanizasse.

Moviam-na interesses filantrópicos, mas o facto de se ter deixado politizar correu-a por dentro, originando lutas intestinas graves e, conseqüentemente, facções, que combatiam por ideias distintos. Já assim tinha sido nas décadas de 30 e 40. De regresso, as divisões centravam-se agora entre republicanos e monárquicos.

As invasões, as guerras civis e as lutas ideológicas tiveram conseqüências graves no seu seio, ditando uma existência muitas vezes à beira da falência e sob ameaça interna e externa de insolvência.

Para o século XIX destacamos três momentos principais: as décadas de 30 e 40, quando a confraria entrou em polvorosa e se dividiu partidariamente, ficando

34 Mata, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal Contemporâneo. Uma perspectiva de conjunto", in Matos, Sérgio Campos (org.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 39; Silveira, Luís Nuno Espinha da; Fernandes, Paulo Jorge, D. Luís, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 161-186.

35 ASCMVV, *Relatório do provedor de 1877*, não paginado.

36 ASCMVV, *Relatório do provedor de 1893*, não paginado.

à mercê da intervenção do Estado e governada por uma comissão administrativa; os anos de 1856 e 1857, quando esteve paralisada e travou uma luta feroz para se manter em funcionamento, porque não havia nenhum dinheiro no cofre e teve que recorrer ao empréstimo de irmãos, assalariados e de um Banco e, por fim, a última década, com o corte de 30% nos juros das inscrições públicas. O primeiro e o último momento foram atravessados por divergências ideológicas profundas, as quais encontraram na Misericórdia um palco fácil de propagação pois, a debilidade em que se encontrava propiciava a deflagração de conflitos.

Encontrou apenas algum alento em certos legados que recebeu e nas visitas reais. Ao longo do século XIX, a Santa Casa recebeu monarcas e príncipes e registou uma relação muito afectuosa com D. Carlos e D. Amélia. O rei enviava peças de caça para o hospital e a rainha visitava os doentes, consolando-os com palavras e gestos, acalentando uma relação de grande proximidade com os confrades e servidores.

Quando os monarcas chegavam a Vila Viçosa, toda a vila entrava em alvoroço para preparar a recepção. Durante a temporada, os reis repousavam, caçavam e visitavam algumas instituições principais: Câmara, Matriz, alguns conventos e a Misericórdia. Foi assim com D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos. Da presença de D. Carlos, a Santa Casa não guarda memória, mas quando chegava a sua esposa, os irmãos enchiam-se de alegria e tudo faziam para lhe agradar. As actas produzidas, onde se faz o balanço das suas visitas, constituem autênticos memoriais laudatórios de uma personagem que lhe era grata e por quem eles nutriam grande afecto. E mais do que ser "extremamente agradável falar" das "muitas atenções e respeito" de que a Misericórdia era devedora à Casa de Bragança, o provedor desejava a 26 de Novembro de 1891 agradecer a D. Amélia as "visitas espontâneas a este hospital" e as palavras de carinho e consolo dirigidas a todos os doentes. O agradecimento estendia-se a D. Carlos pelas ofertas de caça enviadas. Por isso, sonhou homenageá-los com a colocação dos seus bustos na sua sala mais importante<sup>37</sup>, mas por estar impossibilitada financeiramente, a Misericórdia não mandou fazer os bustos e colocou os seus retratos no consistório. Gesto que perpetuava a figura dos monarcas e mantinha viva a memória da Casa de Bragança na Misericórdia.

A presença física e a proximidade de D. Amélia fez recordar o tempo em que os duques viviam na vila, se deslocavam à confraria para participar em alguns dos seus actos e a engrandeciam com a sua presença, esmolas, directivas, conselhos e legados.

Arrastada num processo de grandes dificuldades, a Misericórdia chegou à República agastada e com pouca vitalidade. O hospital mantinha-se aberto, desempenhando um importante papel em termos concelhios, embora mergulhado em problemas, tal como a Santa Casa. O maior era a falta de dinheiro que a tolhiam de fazer obras, reformar as enfermarias e a igreja, manter a farmácia, internar mais doentes, alargar a ajuda domiciliária, etc. Pelo contrário, o edifício precisava de me-

37 AMVV, Fundo da Misericórdia, fls. Servirá este Livro para as actas das sessões da Mèza administrativa da Misericórdia de Vila Viçosa, 1882-1896, fls. 139-140v.

lhamentos, a farmácia foi arrendada e sucederam-se as respostas negativas aos pedidos de doentes que em casa precisavam de ajuda.

Nunca a confraria tinha sentido semelhante provação. Apesar de na segunda metade do século XVIII a sua situação já ter sido problemática, em nada se assemelhou à do século seguinte.

Depois de superar as diversas crises oitocentistas, a instituição criou defesas para vencer as dificuldades seguintes e ao comemorar 500 anos de integração do hospital do Espírito Santo abraça vários projectos. Procurando responder às necessidades do tempo, a Santa Casa mobiliza esforços para continuar a corresponder às necessidades dos que precisam.